

Conferência Nacional de Políticas Públicas Para As Mulheres Sobre As Diretrizes

Maria Betânia Ávila

As conferências municipais e estaduais já definiram os conteúdos que devem conformar as diretrizes. Esses foram os espaços próprios e legítimos que alimentam este momento nacional. Então quero salientar a importância desse movimento que construiu a Conferência Nacional, com dificuldades, alegrias, tensões e contradições. Em processos como esse, não lidamos só com convergências, ao contrário, são as lutas em torno das contradições que fazem avançar a democracia. Sendo essa a primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas Para As Mulheres, ela se constitui em um marco histórico. Esse marco compromete o Estado e seus poderes, compromete também os movimentos sociais, com especial relevância o movimento de mulheres. Temos que fazer do marco uma marca na nossa história política mas também uma marca real na possibilidade de transformar a vida cotidiana das mulheres, levando em conta as desigualdades que existem entre elas e nesse sentido a situação de pobreza a qual milhões de mulheres estão submetidas. Essa marca que se destrói aqui, para ganhar força e capacidade de ação exigirá dos governos um compromisso nunca antes concretizado na prática, que é aquele com a transformação real deste país. E exigirá de nós, movimento de mulheres, muita organização, capacidade de luta e nenhuma paciência ou condescendência com um sistema produtor de exploração e desigualdade.

Políticas públicas para as mulheres devem se constituir em uma política de estado. Uma política que deve ser um elemento estrutural da configuração de um estado democrático. É neste sentido que os resultados dessa conferência devem referenciar os valores e os conteúdos da ação estatal com vistas à superação da desigualdade de gênero relacionada às desigualdades de classe, raça e etnia. Igualdade, autonomia e liberdade esses são termos que referenciam movimentos de mulheres na busca da emancipação. São esses termos também que qualificam o conflito em torno da transformação do Estado em uma perspectiva feminista. A realização dessa conferência deve

fortalecer a legitimidade do movimento de mulheres como um sujeito político estratégico para a transformação da sociedade brasileira.

Reconhecemos que vivemos em uma democracia política mas que essa democracia tem que avançar pois ainda é plena de desigualdades. E que as possibilidades atuais são produto de uma história de luta que nos garantiu liberdade de expressão e organização política. E neste sentido é relevante compreender a importância dessa conferência como parte de um processo de participação política no âmbito do poder executivo o qual deve trazer novos sentidos e novas práticas que façam avançar a democratização do Estado. E neste sentido que façam avançar a participação das mulheres nos espaços de poder de decisão.

Achamos importante salientar que a constituição brasileira de 1988 rompeu com a institucionalidade do poder patriarcal. Conquista sem dúvida nenhuma do movimento de mulheres que acirradamente lutou no espaço da assembléia nacional constituinte.

Mas reconhecemos que as práticas do Estado e da sociedade ainda estão impregnadas de uma cultura da dominação masculina herdeira do poder patriarcal e que ainda se expressa com bastante vigor. Políticas culturais são imprescindíveis para superação da dominação no campo simbólico. Este poder esteve historicamente vinculado à exploração de classe e à discriminação de raça. O patriarcado e a escravidão no Brasil são realidades históricas inextricáveis. Essa herança colonial ainda não superada é uma herança de violência que pesa também sobre o povo índio. Lembrar sempre é preciso, para que a história não se repita em forma de barbárie.

Compreendemos que a questão econômica e a questão social são indissociáveis. Temos que ligar as políticas macroeconômicas às políticas sociais. O compromisso incontornável com a superação da perspectiva neoliberal que impõe políticas macroeconômicas, voltadas para os interesses do mercado e produtoras de pobreza e violência, é para nós uma diretriz sobre a qual devem estar delineadas as políticas públicas de curto e longo prazos.

As política sociais compensatórias impostas pelo ajuste estrutural, servem para manutenção da pobreza pois nem sequer trazem alívio para a situação das populações pobres, porque como está constatado em dados sobre os impactos da globalização econômica e financeira, esta globalização

trouxe mais concentração de riqueza e conseqüentemente aumento da pobreza e de sofrimento humano. Direitos sociais que assegurem políticas universais são imprescindíveis como diretriz que se contraponha a esse modelo e assegure a sua superação.

Neste contexto de conservadorismo imperialista e fundamentalismo religioso no qual se fazem guerras, violações terríveis aos direitos humanos e atos de repressão e violência sexual, a defesa de um estado laico é um bem inestimável para este país e para o mundo. O Estado brasileiro é um Estado laico. Neste sentido é importante resgatar que uma das conquistas primordiais da democracia moderna é o estado laico. Na perspectiva das lutas emancipatórias e do contexto mundial atual essa é uma premissa a ser recolocada sempre como valor e como condição básica da vida democrática.

O trabalho das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva está marcado pela desigualdade da divisão sexual do trabalho. Consideramos que as políticas públicas devem garantir mudanças que tragam impactos a curto prazo na situação das trabalhadoras urbanas, rurais e domésticas e que apontem na direção da transformação dos fundamentos dessa divisão. Políticas públicas que incidam sobre o desemprego e a falta de renda para as mulheres, sobre as relações trabalhistas para garantir direitos e sobre políticas sociais que assegurem instrumentos coletivos de suporte a vida cotidiana e que dado o estado atual de desigualdade de gênero afetam diretamente a autonomia das mulheres. Instrumentos que minorem o fardo da dupla jornada e assim liberem o tempo das mulheres para usufruir outras dimensões da vida social, inclusive para agir como sujeito político.

A terra para quem nela trabalha é um direito das mulheres camponesas que ainda buscam para muitas a cidadania civil do acesso aos documentos que conferem identidade pessoal e acesso às políticas, como crédito e posse da terra. Reforma agrária e reconhecimento como sujeito da transformação do campo neste país esse é um direito das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais.

Direitos reprodutivos e direitos sexuais estão relacionados a autonomia e a integridade da pessoa humana, pois o nosso corpo é o lugar primeiro da nossa existência. É o lugar onde habita o nosso eu. Portanto, esses direitos devem se manter e avançar como parte de uma política de Estado, como meio de combater a violência sexual e doméstica e de garantir uma vida reprodutiva plena

de igualdade, assegurando às mulheres o direito à concepção e anticoncepção. Assegurando uma vivência da maternidade com dignidade, bem-estar e como expressão de uma sociabilidade transformada, assegurando ainda o acesso a uma prática integralmente legal e segura do aborto, com respeito à decisão das mulheres. Esses são aspectos imprescindíveis de uma ética verdadeiramente centrada em uma cidadania voltada para vida cotidiana.

Partindo dos direitos sexuais a liberdade de orientação sexual se institui como parte dos direitos humanos. Essa liberdade como premissa de uma vida social civilizada é sim um legado dos movimentos gay, lésbico e feminista à democratização das relações humanas.

As mulheres, profissionais do sexo, através de sua organização política têm trazido para a esfera pública a relação entre cidadania e a sexualidade como campo de trabalho remunerado.

Cabe ao Estado promover esses direitos como um valor coletivo que promova a superação dos preconceitos, das discriminações e da violência que eles causam.

É sobre a sexualidade e sobre o corpo das mulheres que se desenvolve com mais força a indústria da mercantilização do prazer e da banalização da exploração sexual. É também nesse terreno que a força repressiva das instituições conservadoras tem produzido controle e abusos em nome de princípios transcendentais.

Por fim quero trazer nossa defesa intransigente das políticas públicas para igualdade racial que possam garantir de imediato novas perspectivas na vida das mulheres negras, e que sejam definitivamente o caminho da superação do preconceito, da desigualdade e da construção de um país verdadeiramente democrático. O preconceito de raça e a desigualdade que pesa sobre as mulheres negras é o signo de uma herança que queremos destruir.

O caminho da nossa emancipação e da nossa igualdade atravessa as linhas tortuosas que conectam as desigualdades entre nós mesmas. Por isso, na defesa de políticas públicas que configurem um estado democrático e produtor de justiça social temos que ter consciência crítica sobre a realidade social, compromisso para transformá-la e solidariedade no olhar de nós sobre nós mesmas.